



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações Patriarcais de classe, gênero e raça

CLASSES SOCIAIS: transformações sociais e lutas feministas

THAIS MARA TEIXEIRA BRITO ¹

RESUMO

Este texto visa refletir a importância do conceito de classes sociais ao discutir diversas temáticas que envolvam as questões de lutas sociais, do trabalho e da sociedade sob o modo de produção capitalista; considerando a divisão fundamental de classes feita por Marx, mas levando em conta também as novas camadas que foram surgindo ao longo da história entre essas duas classes, assim como as transformações sociais e as consequências disso principalmente para aqueles que vivem do trabalho, e, portanto, dentre as diversas particularidades presentes nessa classe, também para **nós**, mulheres.

Palavras-chave: Classe Social; Luta Feminista e Transformação Social.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista

ABSTRACT

This text aims to reflect the importance of the concept of social classes when discussing various themes that involve the issues of social struggles, work and society under the capitalist mode of production; considering the fundamental division of classes made by Marx, but also taking into account the new layers that have emerged throughout history between these two classes, as well as the social transformations, and the consequences of this, mainly for those who live from work, and therefore, among the various particularities present in this class, also for **us**, women.

Keywords: Social Class; Feminist Struggle and Social Transformation.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto, é fruto da conclusão da disciplina *Classe, Estado e Transformação Social*, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP/Franca. Tem como pretensão uma síntese crítica – dentro das condições objetivas – do que foi apreendido durante a disciplina, vinculando com meu tema de pesquisa do mestrado, *Preconceito e Mundo do Trabalho: uma análise a partir das vivências cotidianas de mulheres periféricas atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social*.

Farei na primeira seção, uma tentativa sintética de elucidar o que foram as classes sociais, para Marx e Engels. Tomando como base central as definições do *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore, e do artigo,

Classes Sociais em Marx e no Marxismo, uma aproximação, dos autores, Estevan Martins de Campos e Marcos Cassin. Antecipo que, é importante compreender que nem Marx, nem Engels fizeram uma definição fechada do que seriam as classes sociais.

A segunda seção, trará uma breve contextualização do quadro atual, e do passado recente do Brasil, e de como todas essas questões afetam, principalmente, parafraseando Ricardo Antunes, a “classe-que-vive-do-trabalho”, e também, de maneira mais aguda, as mulheres que fazem parte dessa classe. Aqui, vale ressaltar que com isso não estamos querendo dizer que mulheres pertencentes a outras classes sociais não sofrem as consequências do fato de ser mulher.

O quadro da luta de classes mediante a luta feminista atualmente, será abordado na terceira e última seção do texto, que abordará também que é fundamental compreender quem são os sujeitos que compõem as classes, em suas particularidades e diferenças, assim como a importância de cada um na luta contra o modo de produção e reprodução que explora e oprime a classe trabalhadora e de uma forma ou de outra, as camadas que não estão no topo. Essa seção trará importantes contribuições apreendidas no livro *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*, da autora Mirla Cisne, expoente importante no e para o Serviço Social, no que tange as discussões sobre feminismo, gênero, diversidade sexual e mulher.

2. DESENVOLVIMENTO

1. Classes Sociais: o que são?

Já nas sociedades feudais, monárquicas e em outras formas de organizações sociais a divisão social tinha importância, mas não se constituía, como no sistema capitalista, como divisão social entre classes. Com base em Campos e Cassin (2018, 132-133), se entende que:

As classes sociais são, portanto, produto do desenvolvimento histórico, e o proletariado surge com o desenvolvimento da indústria e do capitalismo. Esse

primeiro aspecto é importante, pois por ser um produto do desenvolvimento histórico, as classes não são naturais nem eternas (CAMPOS e CASSIN, 2018, p. 132-133).

Vale aqui acrescentar que, assim como as classes sociais não são naturais nem eternas, também não o são as suas “novas” camadas, que vem se modificando ao longo da história. O conceito de classe social, em certo sentido, foi o ponto de partida de toda teoria marxiana, sendo que essa estrutura e luta de classes da fase inicial do capitalismo tornaram-se o ponto de referência para as teorias marxistas. No entanto, apesar de ser o ponto de referência, não pode ser tomado como único, pois ao longo do tempo ocorreram diversas transformações sociais, uma delas, o surgimento da classe média, e suas diversas camadas. Entretanto, Marx já lidava com isso ao falar das classes intermediárias, e afirmava que elas eram fenômenos do desenvolvimento capitalista.

[...] as transformações da estrutura de classes em sociedades capitalistas e socialistas e as suas implicações políticas, a constituição e o papel político das classes no Terceiro Mundo, a relação das classes e luta de classes com outros grupos sociais, inclusive nações, e com outras formas de conflito social – permanecem um desafio a investigação mais rigorosa. Para usarmos as próprias palavras de Marx, eles [os problemas acima citados] não serão solucionados pelo “*passe-partout* de uma teoria histórico-filosófica”, mas por uma análise concreta, em cada caso específico, das “circunstâncias empiricamente dadas” (BOTTOMORE, 1988, p. 63).

Ou seja, devemos analisar concretamente, mesmo que tendo como referência o arcabouço teórico de Marx, a nossa realidade de acordo com a nossa época, as condições contemporâneas e o espaço que ocupamos no mundo. Buscando compreender as transformações sociais no mundo do trabalho e no interior das classes, e as consequências que essas transformações trazem para as relações de classe e para a luta (ou a “não luta”) política da classe trabalhadora. Vale ressaltar que, Marx e Engels foram fortemente influenciados “pelo caráter “destacado das relações de classe” de sua época, em que emergia o “movimento da classe trabalhadora na vida política” (BOTTOMORE, 1988, p. 63).

Desde a época em que Marx viveu, até os dias atuais, a sociedade do capital tem em sua composição o que ele chamou de, lei geral da acumulação capitalista, que tem papel importante quando vamos tratar a questão de classes sociais, pois, está diretamente ligada a “formação da classe trabalhadora moderna, dissociada dos

meios de produção, a quem só resta vender sua força de trabalho” (CAMPOS e CASSIN, 2018, p. 130). E na contemporaneidade, não só assalariados (as), mas trabalhadoras/es em situações diversas de trabalho. De acordo com, Iamamoto, (2019, p. 139), “O processo de acumulação, ao se realizar, faz crescer o foço das desigualdades entre as classes sociais – a acumulação da riqueza e da pobreza”.

[...] a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados [...] Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 2017, p. 690).

Em nota de rodapé da última frase da citação acima, Marx (2017, p. 690) coloca quem se deve entender como “proletário”. Sendo então, segundo o autor, do ponto de vista econômico, aqueles assalariados que produzem e valorizam “capital”, e são demitidos assim que se tornam desnecessários a essa valorização. No entanto, atualmente, não podemos denominar a todos os assalariados como proletários. Percebendo isso, Ricardo Antunes cunhou a expressão “a classe-que-vive-do-trabalho”, que,

[...] tem como primeiro objetivo conferir *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da *validade* analítica da noção de classe, nossa designação pretende *enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora*, sua *forma de ser*. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até o fim do trabalho, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* pretende dar contemporaneidade e amplitude ao *ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje, apreender sua *efetividade sua processualidade e concretude* (ANTUNES, 2009, p. 101).

Assim, como foi citado mais acima precisamos pensar a realidade concreta da nossa época, mas, para isso, não precisamos excluir as elaborações teóricas feitas no passado, desde que sejam condizentes com nossas propostas e objetos de estudo. Concordamos com as colocações feitas por Ricardo Antunes, pois auxilia na compreensão das novas camadas da classe trabalhadora, que foram e ainda estão surgindo ao longo da história. Assim como, para compreender o seu papel no surgimento de novas camadas intermediárias em relação as duas classes sociais fundamentais, bem como de camadas ainda mais proletárias, o que se pode chamar de *subproletariado*.

A expressão classe-que-vive-do-trabalho, segundo Antunes (2009, p. 102), engloba, os “trabalhadores *produtivos*”, aqueles do “*trabalho manual direto*”, e também, os “trabalhadores *improdutivos*”, dos setores de serviço. Mas, de acordo com o autor:

A classe trabalhadora hoje *exclui*, naturalmente, os *gestores do capital, seus altos funcionários*, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados (Bernardo, 2009) ou ainda aquele que, de posse de um capital acumulado, vivem de especulação e dos juros. *Exclui* também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana rural *proprietária* (ANTUNES, 2009, p. 104).

Portanto, quem seria a classe trabalhadora hoje? Essa resposta deve ser buscada incessantemente, pois, mesmo no espaço de tempo entre 2009 e 2022 muitas mudanças ocorreram. Concordo com o autor no sentido de que a classe trabalhadora é aquela que a partir de seu salário consegue se manter, ou até mesmo sobreviver, mas não consegue a partir do valor recebido ter posse de um capital acumulado, fazer aquisição de bens duráveis que poderão gerar renda, etc. Mas é importante colocar aqui, a reflexão feita por Campos e Cassin (2018, p. 135) de que “a mesma profissão pode levar diferentes indivíduos a situações muito distintas”, ele faz essa reflexão ao pensar no caso de, por exemplo, profissões como, artista, esportista, etc., e nesse sentido concordamos com ele, pois nenhuma classe e grupo podem ser considerados homogêneos, principalmente na contemporaneidade.

A divisão social de classes é fundamental nas sociedades capitalistas – seja na fase inicial ou atualmente – para manter a acumulação do capital, que necessita de alguns contextos que permitam a sua manutenção. Ou seja, a história contada de que não existem mais classes sociais, classe trabalhadora e trabalho, como já foi dito, é pura inverdade. O capitalismo cria a divisão social de classes sociais fundamental, e ao longo do tempo, além de não a superar a alarga, criando camadas de classes, e nessas camadas ainda mais fragmentações.

Retomando o texto do *Dicionário Do Pensamento Marxista*, apreendemos que a classe média é um exemplo dessa distinção e fragmentação, com grupos muito

diversos:

[...] lojistas, pequenos produtores, profissionais liberais e pessoal administrativo muito bem remunerado (que se fundem a burguesia), profissionais mal pagos, trabalhadores técnicos ou de supervisão, trabalhadores burocráticos e assim por diante (BOTTOMORE, 1988, 65).

Em relação aos profissionais “muito bem remunerados” se fundirem a burguesia, assim como dito antes, penso que teria que se pensar as variáveis do investimento ou não de bens que geram renda, ou mesmo, principalmente nos dias de hoje, investigar se eles estão alcançando a burguesia, ou a classe média alta.

Cabe nesse tópico, sintetizar, partindo também do texto do *Dicionário do Pensamento Marxista*, as “definições” para Engels e/ou Marx de classe dominante, classe média e classe operária. Sobre a classe dominante, eles a distinguiram em duas *noções*, sendo elas, a dominação econômica e a dominação política. A partir desses fatores, a classe dominante, respectivamente, “domina e controla todos os aspectos da vida social” (BOTTOMORE, 1988, p. 64), e, por dispor dos meios de produção material e “para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de existentes, deve necessariamente exercer o poder do Estado” (BOTTOMORE, 1988, p. 64).

No que tange a classe média, Marx, segundo Bottomore (1988, p. 65).

[...] usou a expressão mais no sentido de “pequena burguesia”, para designar a classe ou camada social que está entre a burguesia e a classe operária. Em duas passagens de seus escritos publicados sob o título de *Teorias da Mais-Valia* Marx referiu-se à tendência ao crescimento da classe média como um aspecto importante do desenvolvimento capitalista. Nem Marx nem Engels estabeleceram uma distinção sistemática entre setores da classe média, ou, em particular, entre a “velha classe média” de pequenos produtores, artesãos, profissionais independentes, agricultores e camponeses, e a “nova classe média” formada pelos trabalhadores em escritórios, supervisores, técnicos, professores, funcionários do governo, etc. (BOTTOMORE, 1988, p. 65).

E, sobre a classe operária, para Marx e Engels, *ela*, “engajada em sua luta contra a burguesia, era a força política que realizaria a destruição do capitalismo e uma transição para o socialismo” (BOTTOMORE, 1988, p. 66). Sabe-se, a partir do que já foi exposto, que a classe operária no contexto atual é composta de grupos muito distintos, dificultando a construção de uma identidade de classe, impossibilitando a luta coletiva com vistas a superação da exploração e das

opressões. E que também, as condições econômicas, sociais e políticas, principalmente em países de Terceiro Mundo, como é o caso do Brasil, não favorecem a articulação entre os trabalhadores, sejam eles, da classe baixa ou classe média, e, menos ainda qualquer articulação com setores da classe dominante.

2. Quadro atual: transformações sociais e consequências

Desde que a pandemia do Covid-19 teve início tem-se a compreensão da importância de apontar os dados sobre o número de mortes causados por essa doença, pois o número absurdo de vidas perdidas é um dos muitos reflexos da condição política, econômica e social do país. E as consequências que esse quadro geral traz a população. De acordo com o site G1 (2022), em matéria publicada no domingo, 26 de junho, o Brasil havia atingido a marca de 670.459 mil mortes pela doença, além de ter tido uma média de mortes alta no final do mês de junho, o que revelava uma tendência de alta na média. Vale ressaltar que esse número de mortes, é o número de mortes diretamente ligado a doença, mas outros motivos de mortes no Brasil podem estar relacionados a fatores agravados pelo quadro pandêmico.

Dentre os fatores, está a volta do país ao mapa da fome. Segundo o site *Correio Braziliense* (2022), tendo por base um levantamento do instituto *Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)*, “[...] 33 milhões de pessoas estão passando fome no Brasil”, a pesquisa é recente e foi divulgada no dia 8 de junho de 2022. No entanto, apesar de a pandemia de Covid-19 ter contribuído para a volta do país ao mapa da fome, não devemos atribuir somente a ela. Lembremo-nos que vivemos em uma sociedade capitalista, em um país subdesenvolvido e que desde o ano de 2018 está sob um [des]governo que promove esse tipo de condições a população.

Dados como esses sobre o número de mortes, sobre a fome, e outros como a taxa desemprego, a situação de jovens, de mulheres, da população negra do país,

etc., são de extrema importância para se entender as desigualdades sociais, intrínsecas ao modo de produção capitalista, mas que se refletem de maneiras diferentes de acordo com a conjuntura econômica, social, política e cultural de cada país. O Brasil, **em nenhum momento** de sua história experimentou, por exemplo, o Estado-de-Bem-Estar-Social, que países da Europa vivenciaram, e alguns ainda vivenciam. Esse fato afetou e afeta as condições de vida da população do Brasil.

As consequências advindas do desemprego, da fome e de como as pessoas são atingidas pela morte, tem relação, além de outras condições, com o grupo social a que pertencem. De acordo com o *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)* (2021), a pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens, negros (as). O presidente Renato Maluf, da Rede PenSSAN, salienta que existe um “rosto à fome”, pois, o quadro se agrava no caso dos domicílios chefiados por mulheres. De acordo com o site *Jornal da USP*, mulheres negras morrem mais por conta de Covid-19, inclusive em relação a mulheres brancas ou qualquer outro grupo pertencente a base do mercado de trabalho.

No entanto, apesar de a pandemia ter sido um gatilho importante, se retomarmos a história passada não muito distante, podemos entender como isso foi sendo construído, a ponto de chegarmos na situação em que estamos hoje. Um momento importante, discutido com mais detalhes por Elísio Estanque e Hermes Augusto Costa, no artigo de 2018 *Trabalho e desigualdades no século XXI: novas e velhas linhas de análise*, foram, no Brasil em 2013, as “manifestações de junho”, iniciadas com reivindicações do Movimento Passe Livre, devidas ao aumento de 0,20 centavos na passagem de ônibus, depois se voltando a luta contra “corrupção”, reformas para uma melhor qualidade nos sistemas de saúde e educação públicas.

Ainda com base no artigo de Costa e Estanque (2018), e aqui retomando a questão da classe média, apresentado no primeiro tópico do presente texto, se pode constatar que principalmente a classe média, que os autores chamam de “classe média estabelecida” estiveram muito presentes nessas manifestações, revelando-se conservadora e violenta em relação a grupos e símbolos de esquerda.

O que os autores acentuam no artigo pode ser observado em outros momentos da história recente do Brasil, com manifestações ainda mais

assustadoras pedindo a volta do Regime Militar. Diante das manifestações de 2013, Dilma Rousseff, então presidente do Brasil, declarou: “as manifestações “mostraram a força da nossa democracia e o desejo da juventude fazer o Brasil avançar [...]” (COSTA e ESTANQUE, 2018, p. 74). Hoje, podemos tomar essas manifestações como um fator importante para o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Vale nesse artigo enfatizar, a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, a primeira **presidenta** do país. Seria válido em um outro estudo, avaliar com mais detalhes a influência que pode ter tido para o seu *impeachment* **o fato de Dilma Rousseff ser mulher**. Aqui de forma simples, é só pensar as reclamações feitas nas manifestações de 2013 sobre a economia, e, hoje, a condição econômica do país sob o [des]governo federal.

Penso que, as manifestações iniciadas em 2013, tiveram papel fundamental para o que vivenciamos hoje, depois delas, o país entrou em uma decrescente até o momento não superada. Em 2016 de forma antidemocrática a ascensão de um governo de direita e conservador (Michel Temer), em 2018 por vias democráticas, a ascensão de um novo governo, de extrema direita e fascista.

As alienações, as coisificações e os tantos estranhamentos, as devastações ambientais, as **opressões de gênero**, raça, etnia, sexos, todas essas aberrações – e tantas mais – estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais lúgubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados. (ANTUNES, 2020, s/p).

Essas aberrações podem ser observadas a cada vez que ligamos a televisão, ou lemos uma notícia, e, principalmente para nós mulheres está cada vez mais difícil sobreviver. No espaço de um mês recebemos a notícia de uma criança de 11 anos, abusada sexualmente e que era impossibilitada por uma juíza de realizar o aborto (legal). Alguns meses depois, o caso de mulheres que durante as suas cesarianas, eram abusadas sexualmente pelo “médico anestesista”.

Além de toda a conjuntura política e social brasileira não estar favorável nem aos trabalhadores, dentre eles mulheres, negros (as), jovens, etc., a conjuntura econômica mundial e nacional também não está. Não só o Brasil, mas outros países do mundo estão sob “A liderança do *capital que rende juros, forma mais fetichizada*

assumida pelo capital [...]” (IAMAMOTO, 2019, p. 34 *grifo da autora*). O capital financeiro acumula juros como se esses fossem realizados por meio de um passe de mágica, escondendo o “truque”, que é acumulá-los através de mais-valor extraído de força de trabalho não paga. A partir disso, à medida que a exploração se intensifica faz crescer:

[...] Desigualdades de **gênero**, raça/etnia/geração, orientação sexual e território [que] matizam as desigualdades de classes. Elas são acompanhadas da destruição de bens naturais e sua generalizada mercantilização, do crescimento do desemprego, do trabalho instável e desprotegido da regressão de direitos, condensando a alienação e a banalização da vida humana – não sem resistências e lutas – em nome do “desenvolvimento” (IAMAMOTO, 2019, p. 34-5 *grifo e negrito meu*).

Com base no texto de Iamamoto (2019, p. 37), ao investir em empresa de capital financeiro esperasse lucros que só serão obtidos futuramente, isso interfere de forma silenciosa:

nas políticas de gestão e enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo a competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais, além de uma ampla regressão dos direitos, o que se encontra na raiz das metamorfoses do mercado de trabalho. (Antunes, 1997, 1999; Bhir, 1999; Santana e Ramalho, 2003). A sugestão é que a mundialização financeira *unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma “isolada”: a “reforma” do Estado, a reestruturação produtiva, a “questão social” e a ideologia neoliberal* (IAMAMOTO, 2019, p. 37, *Grifo da autora*).

É importante dizer que, apesar de estarmos vivendo um momento de enfraquecimento nas lutas, não significa dizer que elas são inexistentes na atualidade. De uma forma ou de outra a classe trabalhadora, ainda resiste nas lutas feministas, nas lutas contra o racismo, etc., que são lutas cada vez mais importantes, principalmente em países como o Brasil. Se faz necessário pesquisas para entender porque o quadro atual tem se desenhado dessa maneira, e mais que isso, que estas pesquisas cheguem a classe trabalhadora.

3. Lutas feministas: possibilidades e entraves

De acordo com Mirla Cisne (2018, p. 33), se se pretende “compreender as classes, é necessário apreender a dinâmica da luta de classes”, compreendendo a classe trabalhadora e, “as particularidades e diferenças dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora e como o capital se apropria das mesmas para gerar mais lucro” considerando, portanto, “que a classe trabalhadora é heterogênea”. Levando em consideração nesse processo, a articulação dialética entre economia e política, determinantes das classes sociais.

Se considerarmos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e “raça” / etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas relações sociais de sexo e étnico-raciais (CISNE, 2018, p. 33).

Devemos compreender que “As relações de classes são atravessadas pelas relações de poder e dominação do sexo masculino sobre o feminino” (CISNE, 2018, p. 34). Sendo que, com base em Mirla Cisne, citando Engels, “[...] a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (ENGELS, 1979, p. 22 apud CISNE, 2018, p. 35). Ao realizarmos análises, a partir do modo de produção capitalista e, portanto, das classes sociais, não devemos tratá-las de forma homogênea, nem de forma naturalizada, pois, em nosso contexto, é impossível falar de divisão social do trabalho, sem falar em divisão sexual do trabalho. Isso se deve, inclusive, ao fato de que até mesmo aquelas mulheres que não ocupam necessariamente a estrutura formal da venda de sua força de trabalho, isto é, exercem trabalhos domésticos ou estão fora do mercado formal de trabalho, compõem a classe trabalhadora, participando do processo de competição na estrutura de classes, contribuindo com a reprodução do capital. Segundo Mirla Cisne Álvaro em um trecho de sua tese:

[...] não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição de classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente os interesses da classe dominante (ÁLVARO, 2013, p. 45).

Considerando o trecho citado acima, reforçamos que, além de analisar as particularidades da exploração da mulher, temos que perceber as diferenças de

acordo com outras condições dessa mulher, sejam elas naturais ou impostas a elas. “[...] o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho.” (ANTUNES, 2009, p. 109). A estrutura social, própria do modo de produção capitalista, coloca a mulher nesse “lugar” no mercado de trabalho, assim como também o faz a estrutura que se concebeu como família.

Com base em Mirla Cisne, podemos perceber a importância da variável “sexo” em estudos sobre a classe trabalhadora, pois esta, “está radicalmente articulada à luta feminista contra a invisibilidade e exploração da mulher e a desvalorização do seu trabalho. (CISNE, 2018, p. 34).

Aqui, portanto, já podemos anunciar uma das contribuições do feminismo para a produção teórica crítica: a desomogeneização da classe trabalhadora e os desdobramentos políticos que daí podem seguir em torno de práticas coletivas reivindicatórias. (CISNE, 2018, p. 34).

No entanto, compreende-se que, “desomogeneizar” não que dizer fazer uma separação entre classe trabalhadora e “sexo”, mas segundo Cisne (2018, p. 40), devemos “perceber o sujeito classe trabalhadora em sua totalidade [...] A classe como determinante central não pode secundarizar os demais elementos”, pois esses, dentre eles as relações de gênero, estruturam a classe trabalhadora, “da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe” (CISNE, 2018, p. 40), Com base na autora, as relações entre classe, raça e relações sociais de sexo devem ser percebidas “como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante a classe trabalhadora.

A mais ampla aceitação da discriminação sexista como algo “natural” é uma das ideias mais proveitosas que o capitalismo tem a seu favor. A desigualdade dos sexos está incorporada nos próprios fundamentos do capitalismo; daí que a luta contra essa discriminação em todos os níveis forma uma parte indispensável da luta pelo socialismo (WATERS, 1979, apud CISNE, 2018, p. 121 tradução da autora).

Segundo Cisne (2018, p. 128), “[...] Lênin também reconhece na igualdade entre os sexos uma das questões fundamentais para o socialismo [...]” o fim da opressão de uma classe por outra também é fundamental.

Falar na implantação de uma sociedade socialista diante das condições objetivas do mundo atualmente, e, principalmente do Brasil e de outros países de

terceiro mundo, em que as pessoas estão lutando para sobreviver, é irrealista. Mas que não deve ser desconsiderado ou descontinuado por esse motivo. Um passo inicial é pensar novas formas de rearticulação entre a classe trabalhadora. De acordo com Marilena Chauí, (2013, p. 64):

[...] uma revolução é um acontecimento que visa transformar a sociedade por inteiro, da economia à política, dos costumes à cultura. Como explicita o filósofo Claude Lefort (1924-2010), uma revolução é o movimento pelo qual o Baixo da sociedade (explorados, dominados, oprimidos, excluídos) não reconhece a legitimidade do Alto (exploradores, dominantes, opressores, excludentes) e propõe-se a destruí-lo a fim de construir uma sociedade inteiramente nova (CHAUI, 2013, p. 64).

Ainda de acordo com a Chauí (2013, p. 65), para Marx, “[...] a primeira condição para a revolução social, é, justamente, a percepção consciente que a classe explorada e dominada precisa ter da divisão social.” Como já foi citado mais acima, a igualdade entre os sexos é uma das questões fundamentais para o socialismo, para que isso tenha alguma possibilidade de avanço é preciso antes, também que as mulheres tomem conhecimento da divisão sexual existente na sociedade.

No livro, *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil* – utilizado em todo esse tópico – em seu capítulo 3, no tópico que trata das *Conquistas, dificuldades, limites e desafios*, Mirla Cisne (2018, p. 249-260), por meio de entrevistas realizadas com mulheres da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) nos ajuda a entender alguns dos motivos que tem dificultado a objetividade da luta feminista no Brasil, mas também as conquistas das mulheres desses movimentos. A partir das falas das mulheres e das colocações da autora compreende-se: que a conquista mais valorizada por elas, é a superação da submissão.

Dentre as conquistas que não estão relacionadas apenas a esses movimentos citados acima, mas destacado pelas entrevistadas, a autora elenca:

[...] a consciência feminista; a construção e a situação das mulheres como sujeitos políticos; o avanço em alguns marcos legais, com destaque para a Lei Maria da Penha; o aumento do salário mínimo (CISNE, 2018, p. 249).

Apesar da conquista do aumento do salário mínimo, o salário de mulheres e

homens no mesmo cargo em sua ampla maioria das vezes não é igualitário. É triste constatar que as dificuldades encontradas pelas mulheres ainda é maior que as conquistas, dentre elas as mulheres citam, a dificuldade de sair de casa para mobilizações e a dificuldade de organização de lutas nacionais, muitas das vezes por falta de recursos, a dificuldade de superar a fragmentação das lutas feministas, o que poderia ser facilitado pela definição de um programa feminista. Além disso o crescente fundamentalismo religioso e, muitas vezes citado, o descomprometimento social da Universidade, com debates, além de produções teóricas frágeis em relação a temática do feminismo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito na introdução, o texto acima não tem o propósito de esgotar os temas apontados, ou mesmo, devido as condições objetivas, fazer uma crítica aprofundada sobre essas temáticas. Mas, trazer luz sobre a necessidade da discussão sobre classes sociais e seus rebatimentos na sociedade contemporânea e as transformações sociais e consequências devidas à luta de classes. Classes que, apesar de terem sido base para a teoria marxiana, não chegaram a ter uma definição nos textos de Marx. Classes Sociais que hoje possuem camadas que, apesar de terem sido discutidas não foram aprofundadas por Marx e Engels.

Depois das reflexões feitas no texto, cabe para se chegar a uma consideração final – mesmo que parcial – que o foco da luta da classe trabalhadora, não deve ter o propósito de eliminação da classe burguesa, – o mesmo vale para o gênero feminino em relação ao masculino – mas de eliminação do modo de produção capitalista que assegura a exploração feita por essa classe, pois, sem a eliminação de todas as formas de exploração, não há possibilidade de igualdade, equidade, e de emancipação humana.

Entretanto, não estamos de nenhuma forma dizendo que com a eliminação do modo de produção capitalista, a opressão de gênero será automaticamente eliminada, mas, seria possível o surgimento de condições históricos-sociais capazes

de oferecer condições igualitárias. Sabe-se que “[...] a luta feminina emancipatória é pré-capitalista, encontra vigência sob o domínio do capital [e] será também pós-capitalista [...]” (ANTUNES, 2009, p. 110 *grifo nosso*). Por isso, mesmo que pareça, e talvez o seja no momento, impossível construir uma sociedade socialista, de acordo com Ricardo Antunes (2020), é necessário a invenção de um outro sistema, que seja verdadeiramente social, contrário a imperativos expansionistas, incontroláveis e destrutivos do sistema do capital (ANTUNES, 2020, s/p).

Antes disso, entretanto, é necessário no Brasil de 2022, superar o fascismo que paira nos ares do país, devido a situação de [des]governo que vivenciamos. Sabe-se que, o candidato apontado pela “esquerda”, que a princípio é aquele com mais condições objetivas de superar o então presidente, não será responsável pela revolução, talvez algo mais próximo de uma política conciliadora - assim como foi em seus dois governos (2003-2011). Mas, ainda assim, ultrapassar as condições de extrema crise política, econômica, social, cultural, etc., se faz, além de necessário, urgente!

4. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020*: dados são do inquérito sobre segurança alimentar na pandemia. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020> >. Acessado em: 27 de junho de 2022.

ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminismo, Luta de Classe e Consciência Militante feminista no Brasil*. 2013. 408f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, p. 101-111, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CHAUÍ, Marilena. *O ser humano é um ser social*. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COSTA, Hermes Augusto; ESTANQUE, Elísio. *Trabalho e Desigualdades no XXI: novas e velhas linhas de análise*.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CAMPOS, Estevan Martins de; CASSIN, Marcos. *Classes sociais em Marx e no marxismo, uma aproximação*. In: Impulso, Piracicaba • 28(72), 129-138, maio-ago. 2018.

CORREIO BRASILIENSE. *33 Milhões de pessoas passam fome no Brasil, aponta pesquisa*. Disponível em < <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/06/5013817-33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-aponta-pesquisa.html> > Acessado em 13 de julho de 2022.

G1. *Brasil registra 41 mortes por Covid-19 neste domingo; média de casos e a mais alta desde março*. Disponível em < <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/06/26/brasil-registra-41-mortes-por-covid-19-neste-domingo-media-de-casos-e-a-mais-alta-desde-marco.ghtml> > Acessado em 27 de junho de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. 1. ed. São Paulo: Cortez, p. 34-61, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros*. Disponível em < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963 > Acessado em 13 de julho de 2022.

JORNAL DA USP. *No Brasil, mulheres negras tem maior mortalidade por covid que qualquer grupo na base do mercado de trabalho*. Disponível em < <https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19->

[do-que-restante-da-populacao/](#) > Acessado em 27 de junho de 2022.